

# Autoanálise, Análise Didática e Passe: como alguém se torna analista?

SELF-ANALYSIS, DIDACTIC ANALYSIS, AND THE PASS: HOW DOES SOMEONE BECOME AN ANALYST?

**Estanislau Alves**

## **Resumo** • *Abstract*

Ensaisticamente, por meio de uma sequência de discussões colaterais e parciais sobre autoanálise, a análise didática e o passe, visa-se a intensificação do debate relacionado à formação psicanalítica, levantando ora suas perspectivas imediatas, ora desdobramentos de seus percursos passados, sensibilizando um esperado leitor para a trama e o drama aí envolvidos, oferecendo-se reflexos que sugiram avanços futuros sem repetir como farsa o que antes veio como tragédia, lembrando que a comédia nos mantém vivos.

*Essaistically, through a sequence of collateral and partial discussions on self-analysis, didactic analysis and the pass, the aim is to intensify the debate related to psychoanalytic training, sometimes bringing up their immediate perspectives, sometimes developments of their past paths, sensitizing an expected reader to the plot and drama involved, offering reflections that suggest future advances without repeating as farce what previously came as tragedy, remembering that comedy keeps us alive.*

## **Palavras-chave** • *Keywords*

autoanálise; análise didática; passe; analista; psicanálise.  
*self-analysis; didactic analysis; pass; analyst; psychoanalysis.*

*Ai de mim, ai de mim... provocações!*  
(Antônio Abujamra)

Hoje, o que é uma provocação à formação analítica? Os próprios integrantes de seu círculo não raro são os primeiros a lhe acusarem todo tipo de insuficiência ou corrupção: “dogmática”, “iniciática”, “elitista”, “burocrática”, “excludente”, “obscura”, “colonizadora”, entre outros. Os dedos em riste – e seus atalhos – são tantos que incorrem, por vezes, numa espécie de “saciedade semântica”, daquelas que levam ao esvaziamento do sentido pela via da repetição incontável de uma mesma palavra, fazendo com que o que antes fora uma flecha de Páris, passe a ser um coro de cabeças em assentimento.

Um psicanalista regularmente é tido como uma pessoa que não responde a uma pergunta de maneira clara e direta – “você não irá me responder, não é mesmo?”, dizem desesperançosos os nossos interpelantes. Inquestionavelmente, isso conta algo de uma posição muito específica e até desejável à tarefa a que nos propomos nos jogos discursivos. Contudo, as coisas ficam um pouco complicadas quando a pergunta em questão nos interroga naquilo que justifica a nossa própria existência e especificidade. Tal espécie de questão é muito característica nas crianças: elas vão direto ao ponto, nos problemas mais cruciais, nos quais o mínimo rodeio já cheira ao ludíbrio, recordando-nos que, quase sempre, viver é uma escolha pela ignorância – “o que é Deus?”, “por que as pessoas têm fome?”, “por que tudo morre?”. Não é incomum que os leigos à psicanálise nos dirijam, desavisados do pavor que causam, a singela pergunta de potência infantil: “como nascem os psicanalistas?” – e, quando a situação não é uma análise, a escolha pelo silêncio não convém. Muito menos entre nós. Mas, como falar?

Certamente, não caberá aqui apenas recorrer a um tripé que facilmente pode levar a um tropeço, não por menos lhe cabendo sempre renovação, seja ele teórico supervisionado e pessoalmente analisado, seja ele cartelizante escolástico em passe ou tantos garantidores mais que possam recalcar um discurso sem álbi. Que as formações sejam inconscientes importa tanto quanto considerar que funções as análises foram tendo nas formações. Pois que há o tempo, Cronos devorador de tudo, demonstrando percorridos. Pensemos em sobrevoos, nada extensivos.

## Princípios, pontos cegos e outros rastros

— *Para onde você vai?*

— *E eu sei? Pergunte ao cavalo.*

(Freud em carta a Fliess – 7/7/1897)

O que era a análise no início da psicanálise? Freud chamou de autoanálise a disciplinada observância de suas associações e a interpretação de seus próprios sonhos e, antes mesmo de publicar as principais obras que inauguraram a sua invenção, já dava notícias sobre a pertinência de uma análise para a prática de seu método. Se acompanhamos Didier Anzieu (1989), entre 1895 e 1901, Freud descobriu mesmo a psicanálise pela via da interpretação periódica e sistemática de seus sonhos e por meio da correspondência intelectual e passional com seu colega e amigo W. Fliess – então, método originador da prática, análise como formação da formação. A descoberta do sentido dos sonhos, a descoberta do Complexo de Édipo, a descoberta da cena primitiva e também a descoberta da angústia de castração estão todas lá, rastreáveis, autoanalisadas e autorreferidas.

Mas se cada questionamento sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses é acompanhado, em Freud, por uma culpabilidade edipiana, que só é percebida a posteriori, ele se dá conta, por outro lado, de que cada descoberta compreende uma parte de ‘irracional’ que torna a comunicação difícil. Ele dá a entender que se o observador está implicado ‘de forma irracional’ na observação, isso quer dizer também que ele não poderá descobrir num outro senão o que já tenha aprendido a reconhecer primeiro em si mesmo. A ideia de que se deva fazer um trajeto como paciente antes de tornar-se terapeuta encontra-se, portanto, na base do procedimento freudiano e de sua busca apaixonada pela verdade. (MANNONI, 1985, p. 26)

Freud, sagaz, apesar de especular que “talvez uma auto-análise seja o suficiente para uma pessoa que sonhe com frequência e não seja muito anormal”, tendo até elogiado largamente o método de

E. Pickworth Farrow, bem prematuramente assinalou a Fliess em carta de 14 de novembro de 1987:

Minha autoanálise continua interrompida. Apercebi-me da razão por que só posso me analisar com o auxílio de conhecimentos objetivamente adquiridos (como uma pessoa de fora). **A verdadeira autoanálise é impossível, caso contrário, não haveria doença neurótica.** Visto que ainda estou lutando com alguma espécie de enigma em meus pacientes, isso está fadado a me deter também em minha autoanálise. (MASSON, 1986, p. 282. grifo do autor)

Com a publicação das primeiras ideias de Freud, houve cada vez mais pessoas interessadas pela psicanálise e pela aplicação de seu método para tratamento próprio. As análises, em período primário, poderiam ser suficientemente qualificadas como “amorfas”, já que variavam das peripatéticas às por correspondência, certamente não inerentemente tributáveis em divã. Provavelmente, soaria impreciso dizer que todos os encontros ora referidos se configuraram como “análises” propriamente, mas o fato é que por essas vias o saber analítico se espalhou e ganhou seus primeiros adeptos, futuros missionários. A análise dita didática levaria algum tempo para se estabelecer enquanto tal, não sendo óbvia a sua necessidade à formação. Só depois Freud assentará com todas as letras que, quando se tratava de uma análise de formação, era necessário uma outra pessoa, como condição e com fins e dinâmicas didáticas. Contrariamente a isso, a análise atravessou seu período inicial carreando, funcionalmente, uma razão terapêutica no sentido de tratamento de doentes que divergiam de uma normalidade, sendo didático aí apenas o relato escrito de curas.

Foi com Wilhelm Stekel, após a realização de uma breve psicanálise com Freud acerca de seus problemas sexuais, que surgiu a proposição de se formalizar a troca coletiva de experiências e investigações em grupo que se encontrasse periodicamente (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2017). Formou-se, assim, em 1902, as conhecidas Reuniões das Quartas-Feiras, distintos encontros compostos por seminários, exposições de casos clínicos e outras apresentações e discussões, ressaltando-se o caráter intensamente experimental do ‘psicanalítico’. Vale ressaltar

que em tais encontros também havia espaço para a exposição de relatos oriundos das análises pessoais e autoanálises de seus membros (HERRMANN, 2008). Tais práticas evoluíram em crescente sistematização para algo que anunciava o que poderia se chamar de uma publicização da vida privada no processo de formação analítica, se não for factualmente a própria ‘originação’ da psicanálise, enquanto pequeno grupo de disposição profundamente transferencial, tal como Broide (2022) bem descreve e demonstra. Se a transmissão da psicanálise não é sem grupos, inclusive no sentido de que a reinvenção da psicanálise em cada solitário indivíduo só acontece na partilha de dinâmica grupal, mais ainda cabe conceber que sua origem é também essa – origem multifocal que passa pela limpeza da chaminé clínica de Anna O. e seu atendimento, pela supervisão de Breuer com Freud, pela autoanálise de Freud conjugada à ‘análise’ de Freud com Fliess, mas também pelo imenso intercâmbio grupal de todos estes ‘primeiros psicanalistas’, uma formação no mínimo hexapoda, analisando-analisante-analista-supervisado-supervisor-grupador, esquadrejado não em quatro mas, no mínimo, nestes seis lugares para se formar, só estando em todas as posições para se formar:

Além de a transferência operar em uma análise, ela também é motor de trabalho entre analistas no modo de transmissão da psicanálise desde Freud. As cartas trocadas entre Freud e seus interlocutores nos mostram que a correspondência era baseada em uma relação de amizade e de suposição de saber. Nesses diálogos, havia trocas de admirações e apresentação de hipóteses clínico-teóricas. Além das correspondências, as atas das Reuniões Psicológicas das Quartas-Feiras atestam a transferência em operação – dessa vez, de forma grupal, em um período inaugural e essencial para o desenvolvimento da psicanálise. Em torno de Freud, se reunia um grupo de intelectuais para conversar sobre as questões que envolviam os impasses, as dificuldades, os êxitos, os fracassos e as novas teorizações em psicanálise. Esses encontros marcam a passagem do amor transferencial ao desejo de saber. Laço que unia os integrantes do seletivo grupo à

construção da clínica e da teoria, a partir da experiência psicanalítica, que também era composta pelas narrativas das experiências pessoais dos participantes. (BROIDE, 2022, p. 74)<sup>1</sup>

Mesmo nos primeiros anos de reuniões às quartas-feiras já era possível ver nas atas, escritas por Otto Rank (em 1906 ele fora nomeado secretário), as recomendações de Freud para que os analistas realizassem uma análise pessoal, sob um dos argumentos mais célebres para essa defesa, a saber, a ideia de que a análise preveniria os “pontos cegos”<sup>2</sup> do analista em relação ao paciente (NUNBERG, 1959 *apud* CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2017). Desse grupo de analistas (digna Sociedade Psicológica das Quartas-Feiras), formou-se, em 1908, a Sociedade Psicanalítica de Viena que, por sua vez, em 1910, originou a Associação Internacional de Psicanálise (IPA), tendo como objetivo maior a organização da psicanálise frente a outros saberes e sua disseminação. Ademais, já se podia ver em sua criação o início de um esforço no sentido de coletivizar processos de formação por meio de grupos locais (inicialmente, em Viena, Berlim e Zurique), onde se poderia aprender a técnica analítica e contar com o apoio entre pares – Freud (2012) o descreve em *Contribuição à história do movimento psicanalítico* (1914).

É, sim, no início da década de 1910 que vemos o endosso de Freud – por exemplo, nas *Recomendações ao médico que pratica a psicanálise* (1912) – à obrigatoriedade da análise para aquele que deseja exercê-la, referindo-se a essa mesma exigência encampada pela Escola de Zurich (FREUD, 2010). Interessantemente, nessa mesma sequência, Freud chega a dizer que quem se submete a uma análise sem estar numa condição de sofrimento psíquico colherá grandes benefícios. Esta é uma ideia curiosa nos dias de hoje: a busca por um analista sem que haja uma demanda de sofrimento, e sim de autoconhecimento. Não parece precipitado dizer que nesse comentário freudiano assistimos a um esboço do que viria a ser a divisão entre uma análise terapêutica e uma análise didática.

Frisa-se, então: se o papel da análise para a formação durante algum tempo ficou no campo do endosso e da recomendação, aos poucos, com alguns eventos, passos importantes foram se

[1] Tanto Checchia, Torres & Hoffman (2017) quanto Broide (2022) ressaltam o caráter de divergência, de falta de consenso do grupo-base, que não formava um todo único e fechado. Isso não era, no entanto, nada impeditivo, ao contrário, impulsionava e alavancava o avanço em atrito.

[2] Esta referência aos “pontos cegos” é uma expressão que Freud retoma em *Recomendações ao médico que pratica a psicanálise* (1912) como de autoria de Stekel.

dando na direção de um senso de obrigatoriedade. O Congresso de Budapeste, em 1918, foi um desses eventos-chave. Concretamente, foi ali que Nunberg apresentou a primeira moção para que a análise fosse obrigatória a todos os candidatos de uma formação. A moção foi rejeitada por Rank e Tausk (NUNBERG, 1959 *apud* CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2017) e soou aos presentes, na época, como algo que dificilmente poderia ser exigido à totalidade dos analistas, algo improvável de se dar – ou, nas palavras de Eitingon: “Quando do V Congresso Internacional de Psicanálise de Budapeste, há sete anos (...)”, nos conta o psicanalista que, desde 1907, fazia parte dos alunos mais promissores de Freud (com o qual Freud praticou pela primeira vez uma análise didática, passeando pelas ruas de Viena), “(...) nosso colega vienense Nunberg pediu, pela primeira vez, que todo futuro analista fosse obrigado a se submeter a uma análise, isso pareceu irrealizável para a maioria de nós e, contudo, tornou-se uma coisa natural, *extra e intramuros*” (EITINGON *apud* SAFOUAN; JULIEN; HOFFMANN, 1996, p. 93)<sup>3</sup>.

## O que restava

No período até aqui bordado, havia uma característica comum ao tratamento analítico: era sucinto<sup>4</sup> e tinha objetivos menos ambiciosos do que visaria futuramente. Em relato de Kardiner, mencionado por Mannoni (1985), ele diz: “Quando Freud situava o complexo de Édipo e a homossexualidade latente, não sobrava muito a ser feito. Ele deixava ao paciente o trabalho de operar a *Durcharbeitung*, sobre a qual ele mesmo não sabia grande coisa(...)” (MANNONI, 1985, p. 94). Para Kardiner, na situação de sua análise didática, Freud teria confessado que “não teria paciência” para conservar por muito tempo seus pacientes no divã (*Ibidem*, p. 94) – ou mais completamente:

Uma vez perguntei a Freud o que ele pensava de si mesmo como analista: ‘Fico satisfeito que você o tenha perguntado, porque, francamente, não tenho grande interesse em problemas terapêuticos. Estou impaciente demais agora. Tenho algumas desvantagens que me desqualificam como um grande analista. Uma delas é que encarno em

[3] Esta moção, que tornava obrigatória a análise aos candidatos à formação, foi aprovada no Congresso de Bad Homburg em 1926.

[4] Em média, de seis meses a um ano, com cinco sessões por semana (DANTO, 2019) – Kardiner (2024) bem testemunha que, no caso de Freud, tratava-se de seis horas semanais, sábados inclusos.

demasia o papel de pai. Em segundo lugar, estou excessivamente ocupado com problemas teóricos o tempo todo, de modo que, sempre que tenho oportunidade, trabalho neles em vez de prestar atenção aos problemas terapêuticos. Em terceiro lugar, não tenho paciência para manter os pacientes por um longo período, me canso deles, e quero propagar minha influência', o que provavelmente fazia com que ele mantivesse muitos pacientes apenas por períodos curtos. (KARDINER, 2024, p. 63-64)

Entre os anos de 1910 e 1920, principalmente, pode-se assistir a uma crescente pressão para o prolongamento do tratamento. Sob uma perspectiva clínica, essa maior duração e profundidade da análise se ancorava na ideia de que seria preciso levá-la para além da constatação da realidade edípica, colocando os períodos pré-genitais do psiquismo como seu horizonte. Especialmente nos anos 1920, começam a se formalizar constatações que delimitariam o campo de transformação que uma análise poderia produzir: o masoquismo primário e a pulsão de morte passam a figurar como elementos que fazem fronteira com os impossíveis de uma análise – o que, ao invés de corroborar com a tese de uma análise interminável, alimentaram os esforços em determinar quais seriam os critérios de seu término (ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE PSICANÁLISE, 1995). Estamos aqui em uma época, em que a técnica analítica se depara com o fato de que as melhorias de ordem terapêutica podem ocultar elementos transferenciais não analisados – o sintoma, com seus deslocamentos, sumiços ou intensificações estão condicionados à realidade da transferência com o analista. Em suma, é possível se curar ou se adoecer *por alguém* – não é o que fazem os apaixonados? É nesse sentido que a análise se tornou, com o tempo, uma análise das resistências e do caráter:

Por isso, o 'acossamento dos fenômenos da transferência' levou a reconsiderar a duração das análises em função da *Durcharbeitung*. Esse trabalho suplementar exigido do inconsciente, e como que extinto no amor, levanta problemas técnicos difíceis e não permite nenhuma antecipação de seu fim. [...] Foi assim que, na história da psicanálise, a

análise do material significativo propriamente dito cedeu lugar à análise das resistências e do caráter, aparentemente justificando iniciativas técnicas arriscadas; mas estas tiveram o mérito de trazer à luz, pelo desejo de saber do psicanalista, os critérios de término e a resposta do neurótico a essa exigência. (ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE PSICANÁLISE, 1995, p. 21-22)

No entanto, as razões para o aumento da duração da análise não estavam apenas a serviço de ambições terapêuticas.

### **A formação dos psicanalistas não deveria mais ser deixada à iniciativa individual**

Ferenczi<sup>5</sup> e Rank, por volta de 1923, foram os principais porta-vozes da ideia de que as cisões no movimento analítico deviam-se a elementos transferenciais não analisados (MANNONI, 1985). Freud já havia percebido há tempos que os problemas de convivência entre analistas em nada se diferenciavam das intrigas entre irmãos, seus dilemas de filiação, ciúmes e predilectismos:

A decepção que eles (Adler e Jung) me causaram poderia ter sido evitada se eu tivesse atentado melhor para os processos que ocorrem nas pessoas que se acham em tratamento analítico. [...] eu não esperava que alguém, tendo compreendido a análise em certa profundidade, pudesse novamente perder ou renunciar à sua compreensão. [...] Eu iria aprender que com os analistas pode suceder exatamente o mesmo que com os pacientes em análise. (FREUD, 2012, p. 302-303)

O aprofundamento da análise, portanto, ganhava uma justificativa corporativa na medida em que também se colocava como um instrumento de prevenção contra a rebeldia dos analistas frente à unidade do movimento analítico<sup>6</sup>.

Na esteira desse processo crescente de corporativização da psicanálise, ocorre um evento histórico da maior relevância: a criação do Instituto de Berlim em 1918. A instituição teve a função dupla de oferecer atendimento analítico à população ao

[5] Ferenczi sempre fora uma espécie de escudeiro fiel de Freud, não faltando em Lacan referências a ele como um dos que mais contribuiu com reflexões sobre a posição do analista no tratamento, o primeiro a relacionar a formação do analista ao seu final de análise, colocando a obrigação do analista em analisar-se como a segunda regra fundamental da psicanálise (BERNARDES, 2002). [6] Menezes (2015, p. 37-38) pontua: “Preservar o núcleo duro da invenção freudiana, assegurar a formação de novos analistas e ter uma função solidária contra os ataques ao novo campo do saber é o que Freud esperava das associações de psicanálise ligadas à associação internacional. (...) O surgimento da prescrição e da prática do que foi chamado de análise didática se fez, pois, nesse cenário turbulento, envolvendo conflitos políticos violentos e rupturas brutais, na busca de propostas organizativas, em que alguns chefes das associações tivessem a incumbência e o poder de decidir o que é e o que não é psicanálise no afã de protegê-la. Mergulhados num clima de militância, em prol da luta por uma causa a ser defendida em sua pureza, o exercício do poder mostra-se de imediato abusivo (SAFOUAN, 2014). A análise didática surge, portanto, em um contexto dominado pela preocupação defensiva contra os ataques externos à jovem ciência, mas principalmente contra o perigo interno das heresias. O Comitê Secreto foi criado, por sugestão de E. Jones, ao que parece, para trazer uma garantia adicional às propostas organizativas de Freud: tratava-se de um pequeno grupo de discípulos confiáveis, constituído em torno de Freud, para reforçar os cuidados

contra a possibilidade de descaracterização da psicanálise. Este – o Comitê Secreto – durou cerca de uma década, até se autodeternar em função de conflitos entre eles, afundando os “ultragarantidores” na desconfiança mútua sobre “os desvios”, atribuídos na ocasião a dois deles, Ferenczi e Rank (depois da publicação em coautoria de *Perspectivas da psicanálise*, de Ferenczi, seguida do *Traumatismo do nascimento*, de Rank)” Vale destacar que a questão da ‘análise didática’ é todo um capítulo percorível e que, como frisa Augusto D’Abreu (2007), possui dimensão e função profundamente institucionais.

[7] “A fórmula básica da formação tripartite (...) foi concebida em Budapeste em 1918, implementada no mesmo ano e ratificada em 1920 sob a direção de Max Eitingon. As especificações, desenvolvidas em meados dos anos 1920 pela International Training Commission (ITC) e articuladas por Karen Horney como membro do comitê de educação da policlínica, foram tão amplamente aceitas que continuam vigentes até hoje” (DANTO, 2019, p. 50).

mesmo tempo em que oferecia formação aos seus praticantes. Ali, todos os esforços de protocolização da formação encontraram seu maior vigor, sob a direção de Max Eitingon. A questão da formação e de seus requisitos colocava-se na ordem do dia por uma razão prática decorrente do desejo de expandir a oferta do tratamento analítico à sociedade: com o aumento da demanda pela psicanálise via policlínicas, era preciso reproduzir em série mais analistas (SAFOUAN; JULIEN; HOFFMANN, 1996). Foi no contexto do Instituto de Berlim que se criou e consolidou o modelo de formação até hoje em vigor da IPA – e mesmo comumente nos meios lacanianos – referido tripé “supervisão-seminários-análise”<sup>7</sup>. Um tripé que, sabemos, está longe de ter uma relevância equânime entre suas pernas, sendo inegável que a questão da análise didática era tida como a peça mais fundamental da formação (EITINGON *apud* SAFOUAN; JULIEN; HOFFMANN, 1996). Quem sabe Eitingon tenha sintetizado com absoluta clareza em que ponto estamos na história da formação analítica: “A formação dos psicanalistas não deveria mais ser deixada à iniciativa individual” (*Ibidem*, p. 92).

Será nesse contexto que a seleção dos candidatos à formação, assim como também os debates em torno do final de análise, passarão a concentrar-se no reconhecimento de critérios de normalidade e boa saúde mental (MANNONI, 1985), sendo que, a partir desse momento, inclusive, criou-se uma extensa descrição *a priori* de quais qualidades de caráter os candidatos à psicanálise deveriam ter, muitas delas dignas de um escritório com pufes e sessões de ioga com os diretores: “Capacidade de identificação, integridade, calor afetivo, capacidade de autodisciplina (...)” (SAFOUAN, 1985, p. 34). Alguns chegaram a localizar os requisitos de um analista no campo de uma vocação psíquica. Nas palavras de Marie Langer (*Ibidem*), o candidato a analista não se qualificaria por um *wish to help*, senão que por um *need to do so*; o que significa que o analista teria em si um desejo intrínseco de restituir no outro seus objetos internos danificados.

O que vemos aqui é a premissa de que o analista, seja pela via de seu caráter ou de sua vocação, é uma pessoa que detém alguma predisposição a exercer o ofício da psicanálise. Sob essa perspectiva, a formação seria uma espécie de profecia autor-realizadora sobre a qual teríamos pouca margem de criação e

sobretudo no que diz respeito à verificação do que uma análise teria a ver com a preparação de um analista – já que sua eficácia didática precisaria de requisitos anteriores a ela, antecipado e previamente dado. A análise, então, perderia a sua dimensão de tratamento para constituir-se cada vez mais como uma insígnia narcísica do intitulado analista que, diga-se, não colocava apenas a análise neste lugar de medalha, como também seu domínio teórico e outras asseguarações, estabelecidas como “formativas” pelas instituições analíticas, que serviam de malha, espada e escudo de ouro (MANNONI, 1985).

O terreno para uma docilização do coletivo analítico estava dado, sendo a análise didática o eixo central desse processo, visto que se deitar no divã não era mais uma disposição ao trabalho terapêutico, mas uma situação de avaliação institucional na qual possíveis discordâncias do analisante poderiam ser entraves à sua titulação ao serem interpretadas como conteúdos transferenciais insuficientemente tratados. O resultado – um tanto cômico – foi o que analistas como Balint apontaram como sendo uma redução quase total da autenticidade dos efeitos terapêuticos da análise didática, a ponto de ser necessário criar, após a nomeação do analista, uma re-análise (ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE PSICANÁLISE, 1995). Freud não deixou de marcar sua posição em relação a seus seguidores quando o assunto era transformar o tratamento analítico num procedimento de educação moral. A esse respeito, suas cartas para Putnam são exemplares, sendo este um defensor ferrenho da ideia de que uma educação moral dos afetos era essencial para a cura do paciente. Certa resposta de Freud não poderia ser mais clara: “Sempre fiquei impressionado com a baixeza dos homens, mesmo os analistas; mas por que os homens e mulheres analisados deveriam ser melhores? A análise permite uma certa unidade da personalidade, mas ela não torna bom em si e por si” (ALLOUCH, 1997, p. 103).

## Uma grande crise

A análise didática: como justificá-la? Ou como faz Augusto d’Abreu (2007) em *Análise didática: uma questão sem solução?* Se não faltaram referências nos tempos de Freud às suas funções na formação, valerá aqui, de todo modo, retomar mais algumas de

suas monções. Não era nada ingenuamente que Freud dizia que a análise teria, para o analista, uma função preventiva em seu ofício. Em *Análise Terminável e Interminável* (1937), Freud (1969) falou sobre a exposição do analista a uma prolongada disposição transferencial, o que necessariamente traria vicissitudes que incorreriam numa situação de trabalho marcada por uma “insalubridade psíquica”. Noutras palavras, o analista seria aquele que cotidianamente estaria, em comparação com outros ofícios, em maior contato com a angústia do retorno do recalcado. Seria nesse ponto que à análise se empresta uma função paliativa que lhe confere uma dimensão interminável:

Todo analista deveria periodicamente – com intervalos de aproximadamente cinco anos – submeter-se mais uma vez à análise, sem se sentir envergonhado por tomar essa medida. Isso significaria, portanto, que não seria apenas a análise terapêutica dos pacientes, mas sua própria análise que se transformaria de tarefa terminável em interminável. (FREUD, 1969, p. 263)

Freud a todo o momento se preocupa em deixar claro que, sim, é relevante e desejável que se estabeleça qual é o fim de uma análise<sup>8</sup>. Logo após o trecho supracitado de seu texto, Freud diz que o debate sobre o final da análise tem uma relevância de ordem “prática”. Uma análise termina por muitas razões fortuitas e elas resultam, simplesmente, que alguém pare de ir ao analista. Mas naquilo que ele chamou de análise de caráter “há uma discrepância muito menor entre a teoria e a prática” (FREUD, 1969, p. 263). Por “análise de caráter”, aqui, podemos entender que Freud se refere às análises para fins de formação. Para essa, sim, há uma necessidade de buscar fundamentar a teoria para encontrar as razões de sua especificidade. No entanto, a dimensão prática sobre essa questão parece residir justamente no que tange à formação, visto que é, na análise, que Freud deposita o essencial para o exercício da prática clínica (*Ibidem*). Essa análise, diz ele, “por razões práticas, só pode ser breve e incompleta” (*Ibidem*), tendo por objetivo a demonstração ao praticante de que a experiência analítica o revelou a realidade do inconsciente. “A análise do analista é tratada por Freud, neste texto, em

[8] Com Kardiner (2024, p. 15) mesmo, exemplarmente, ele já marcava o término inclusive antes do início: “Seis meses são um bom prazo para alcançarmos algo em termos tanto teóricos quanto pessoais”, não faltando nem asseveração posterior: “Frink me mostrou uma passagem de uma carta que ele recebeu quando terminei minha análise, na qual se podia ler: ‘A análise de Kardiner foi concluída com perfeição. Ele provavelmente terá uma grande carreira’” (KARDINER, 2024, p. 63) – ambos vendo os pontos em aberto dali, incompletos!

sua dimensão interminável” (SOLER, 1995). Ele não recusa que haja o término, mas ao invés de colocar certezas, multiplica as perguntas: a análise tem uma solução natural? A conclusão corresponde à solução? Ou a conclusão é a compreensão da não solução? Há conclusões pertinentes apenas caso a caso?

É notável na história da formação analítica o quanto a radicalização da distinção entre a análise terapêutica e a didática não atingia uma definição clara sobre suas diferenças – a não ser, sobre esta última, que ela se inseria como etapa a ser concluída no interior das instituições de formação. Houve muitas tentativas de dar uma resposta a essa especificidade para além de sua imposição burocrática – o que em nenhum momento retardou a formação maquínica já em curso; a produção de analistas não poderia esperar pelo esforço do pensamento. Fingermann (2016) lista os dois principais argumentos que embasaram a pertinência da análise para a formação: de um lado, havia aqueles que alegavam que a análise tinha uma função “observativa”. Aprende-se, aqui, pela observação do estilo do analista e por sua condução da técnica – o que Eitingon assemelhou à relação de aprendizagem entre mestre-aprendiz no contexto artesanal (EITINGON *apud* SAFOUAN; JULIEN; HOFFMANN, 1996). A análise didática, portanto, não teria em si mesma uma distinção de ordem técnica, mas um acréscimo em sua finalidade:

[...] a análise didática é uma psicanálise como qualquer outra, e só há uma única técnica psicanalítica: a certa. O que distingue a análise didática da análise terapêutica [...] não é uma outra técnica, mas uma finalidade suplementar que se acrescenta à análise terapêutica, ou seja, que supõe que aquele que se submete à análise didática aprenda alguma coisa (EITINGON *apud* SAFOUAN; JULIEN; HOFFMANN, 1996, p. 94).

O segundo argumento em defesa da análise didática foca-se em seu aspecto terapêutico na medida em que a transformação dos sintomas e fantasias do sujeito seria necessária para o manejo transferencial – o que não deixou também de ser utilizado no contexto de esforços de seleção que visavam diagnosticar previamente os candidatos à formação em termos de “normalidade

psíquica”. Interessante notar como estabelecer parâmetros de normalidade nos soa hoje como um ato vil, cínico ou até mesmo ingênuo. Freud, porém, não parecia ter tanta ojeriza a essa ideia, mas certamente sua concepção de normalidade era mais modesta do que a de alguns de seus seguidores:

Minha autoanálise, que cuja necessidade logo se fez evidente para mim, eu realizei com a ajuda de uma série de sonhos próprios que me conduziram por todos os eventos de minha infância, e ainda hoje sou de opinião que, sendo o indivíduo um bom sonhador e não muito anormal, tal espécie de análise deve bastar. (FREUD, 2012, p. 264)<sup>9</sup>

Já no contexto pós-freudiano, Safouan (1985) apresenta um panorama dos objetivos da análise didática. Um vasto panorama, por sinal, que tem em sua extensão a declaração de ignorância sobre o assunto:

Todos estão de acordo ao sustentar que uma didática é outra coisa que uma terapêutica: é uma análise mais ‘profunda’ ou que ‘vai mais longe’. O que quer dizer isto? Para Jeanne Lampl-De Groot, uma didática é uma análise que vai tão longe quanto o exige um perfeito conhecimento de si (sic). Para Max Gitelson, que pensa particularmente no problema dos candidatos ‘normais’, aqueles que se acabou chamando de ‘normopatas’, uma didática deve ser uma análise de caráter. Para Grete L. Bibring, uma didática visa, além da supressão dos sintomas, realizar um equilíbrio e uma elasticidade interior que permitam ao futuro analista captar sem inibição os conflitos inconscientes dos outros e não ser perturbado pelos fantasmas neuróticos agudos de seus pacientes. Pode-se alongar a lista à vontade. (SAFOUAN, 1985, p. 21-22)

Vê-se que quando o assunto é a formação analítica a análise didática é um lugar tido como tão fundamental quanto movediço. Houve historicamente, entretanto, um esforço contínuo do movimento analítico em lhe emprestar uma consistência que não se alicerçava na teoria analítica senão na autoridade de seus

[9] Já, em *Recomendações ao médico que pratica a psicanálise* (1912), Freud dizia que havia indivíduos capazes de realizar uma autoanálise, e que isso poderia lhes bastar para a prática analítica – não deixando de fazer a ressalva de que nem todos conseguiriam tal feito. Ainda sobre as exigências psíquicas do analista em formação, podemos encontrar ao final de sua vida a reiteração de seu ceticismo: “Nosso objetivo não será dissipar todas as peculiaridades do caráter humano em benefício de uma ‘normalidade’ esquemática, tampouco exigir que a pessoa que foi ‘completamente analisada’ não sinta paixões nem desenvolvesse conflitos internos” (FREUD, 1969, p. 263). Aqui, as aspas são significantes importantes.

*resistentes*. Expor demasiadamente essa realidade incorreria fatalmente numa corrosão do prestígio e confiança depositadas no processo de formação (VALABREGA, 1983): “Eis, portanto, a organização que obriga a Fala a caminhar entre dois muros de silêncio, para ali realizar as núpcias da confusão com o arbítrio” (LACAN, 1998, p. 485).

Este percurso labiríntico não teve outra razão senão a de retirar, pela via histórica, qualquer pretensão de se responder facilmente a que serve uma análise no âmbito da formação. Ademais, também justifica-se pela relevância em se demonstrar que a problemática da análise didática acompanha toda a extensão da história analítica, e que sua longevidade parece não corresponder a uma suposta clareza. A afirmação apressada de que a análise é o pilar central de uma formação analítica esconde uma floresta imensa de contendas, incertezas e abusos de poder. Bem, como dizem, é preciso nessa vida escolher as lutas que se deseja lutar. Se a situação problemática da análise didática se arrasta há mais de um século, quem sabe eu deva realisticamente assumir a impotência de qualquer esperança elucidativa, contentando-me em passar a palavra à voz trágica da história: ‘Para Balint, a questão da didática apresentava-se como uma história melancólica: um começo cheio de esperanças, alguns sucessos iniciais, o surgimento de dificuldades e uma grande crise final’. (ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE PSICANÁLISE, 1995, p. 92)

Ou, quem sabe, estamos num terreno de tendências mais longínquas:

Em suma, o exagero no tom das denúncias contra a análise didática colabora para seu não esclarecimento. [...] Começa-se por colocar certas exigências éticas muito louváveis; depois, essas exigências são radicalizadas; por fim, ao constatar que se exige o impossível, conclui-se que nada há a fazer, senão continuar tudo como está. (HERRMANN, 2008, p. 88-89)

## Para o passe – uma menção honrosa

*Há mais de dez anos,  
a Escola da Causa Freudiana colocou  
no cerne do dispositivo de formação dos analistas  
a invenção de Jacques Lacan: o passe.*

(Associação Mundial de Psicanálise,  
no livro *Como terminam as análises*, de 1994).

Após anos de relativa estagnação quanto à inovação desta dimensão de nascimento de um analista, não despropositadamente calhou de ser Jacques Lacan<sup>10</sup> o criador de um dispositivo novo orientado justamente para o questionamento e o deslocamento do estatuído estatutário deste empreendimento, cunhando em sua *Proposição de 9 de outubro de 1967* (LACAN, 2003) e seu correlato *Um procedimento para o passe* – este último um documento datilografado que circulava como anexo à Proposição em sua versão oral, também em 1967, (*Idem*, 1995) o famigerado Passe. Mas bem: quais seriam os pontos? “O término da psicanálise superfluamente chamada de didática é, com efeito, a passagem do psicanalisante a psicanalista”, sendo mesmo que “o desejo do psicanalista é sua enunciação” (*Idem*, 2003, p. 257). É “no passe onde precisamente advém o desejo do psicanalista” (*Idem*, 1995, p. 21), sabendo que “a passagem de psicanalisante a psicanalista tem uma porta cuja dobradiça é o resto que constitui a divisão entre eles, porque essa divisão não é outra senão a do sujeito, da qual esse resto é a causa” (*Idem* 2003, p. 259). Enigmático? Então, direto:

Vocês podem observar que qualquer Sociedade organizada assim seria ingovernável. Mas para mim, não se trata de governar. Trata-se de uma Escola, e não de uma Escola comum. Se vocês não são responsáveis por ela, cada qual diante de si mesmo, ela não tem nenhuma razão de ser. E a responsabilidade essencial da Escola é fazer avançar a psicanálise, e não constituir uma casa de repouso para os veteranos. (LACAN, 1995, p. 22)

[10] Um Lacan que, como sinaliza Cassin, tinha imensa curiosidade em aprender com as primeiras grandes transmissões (doxografia) como fazer passar, pela sua escola, a si mesmo e a psicanálise, complementando a autora: “Inútil assinalar que, em francês, ‘fazer passar’ quer dizer também abortar – fazer passar uma criança. Como se a série de dispositivos teóricos e práticos que ele havia criado, todas as suas *mékhanai* (maquinações, máquinas e mecanismos), os *Escritos*, os seminários, os matemas, a escola, o passe, os carteis, o cardo não bastassem” (2017, p. 12). Bem aí, adiciona-se os grafos, os apólogos, as apresentações de doentes, a topologia e o nó borromeu, os esquemas (L, R, I), metáforas, todos aí dispositivos. Se os *Quadrípedes* de seus discursos, aludindo aos seus quatro pés (quatro discursos compostos de quatro elementos que rotam por quatro lugares – assim ele os chamava), dão conta de várias de suas criações, uma formação heptapódica para os tantos dispositivos mencionados ainda seriam pés insuficientes.

Queria Lacan um ensino que rivalizasse com o seu: eis o Passe (promotor de psicanalistas capazes de fazer avançar a psicanálise, capaz de dar testemunho dos problemas cruciais nos pontos nodais referidos às análises, especialmente pela resposta à pergunta: “O que passa na cachola de alguém para que se autorize a ser analista?” – mesmo que só depois bem se diga que “o passe não tem que ver com a análise”, já que mais dirá de um “consegue ou não transmitir”). O que conseguiu e como se deu?

Lacan jurado.

Uma reunião do júri de assentimento, à qual cabia a decisão de nomear aqueles que se apresentavam como passantes.

O júri ouve os dois passadores. Há pouca discussão, pois é claro para todos que houve engano, que se trata de um pedido de qualificação profissional. Então, a resposta só poderia ser negativa.

Lacan intervém:

– Sou a favor.

É um escândalo. E cada um que se interroge em seu foro interior. O silêncio é finalmente rompido por um membro do júri que ousa interrogar Lacan:

– Você poderia me dizer por que você está a favor?

– É boa gente.

O espanto toma o lugar da desolação, até mesmo a consternação. Novo silêncio. Finalmente, a mesma pessoa faz uma nova pergunta:

– O que você entende por isso?

– Apesar do que ele disse para vocês, ele teve um bom contato comigo. (ALLOUCH, 1999, p. 165)

Quer seja:

Jean Oury: Eu era da Escola Freudiana e estive, inclusive, no júri do passe durante quatro anos. Júri, isso me parecia um pouco bizarro aliás. Em outubro de 1967, Lacan criou o que ele chamava de Passe e o Cartel. O Passe, idealmente, parecia interessante. Veja, alguém

que vem para a análise para se tornar psicanalista, isso é incurável, deve-se recusá-lo, não se vem à análise para ser psicanalista – mas se, durante a cura, a pessoa quer tornar-se analista, deve dizer isso ao seu analista e este lhe pede para esperar um pouco e é aí que entram os que chamamos passadores. Os candidatos a psicanalistas (passantes) vão ver os passadores, um grupo escolhido, e se pede que a pessoa vá ver cada um deles. Para regular isso, é preciso que exista um júri, o que chamamos de júri de aprovação, que diga, sim, ele pode ser psicanalista. Fui escolhido, o que não agradou algumas pessoas, para o júri de aprovação onde estavam Lacan, Serge Leclair, Moustapha Safouan, entre outros. Nós nos encontrávamos uma vez por mês, recebíamos os passadores e me lembro que isso já me pareceu um pouco distorcido. Em determinada situação, vieram falar de passantes que eu conhecia muito bem e o discurso dos passadores era uma absoluta confabulação, a tal ponto, que eu lhes disse: ‘Estamos voltando à Idade Média com os testemunhos e coisas do gênero! Por que escutar tamanha quantidade de besteiras como essas a respeito de pessoas que eu conheço como a palma da minha mão? Por acaso, isso é psicanálise? Pois bem, estou fora! Mas nada mudou, eles seguiram e isso se degradou. (SELAIBE, CARVALHO, 2014, p. 88-89)

E também:

A.D.W.: O que você achou da experiência do passe? Na sua opinião, ela conseguiu, durante um tempo, manter algo da subversão que Lacan desejava preservar?

Maud Mannoni: Ela não chegou em um momento qualquer do trajeto de Lacan. Ele talvez não tivesse mais, então, o mesmo interesse por seus analisandos quanto no início, estava interessado pela maneira como os outros analistas, com seus analisandos, tratavam a questão do fim da análise, no caso, o que passava nesse trajeto que, no só-depois, podia se afigurar didático. Logo, ele se

interessou em apreender a maneira como um outro podia dar conta disso. Aquilo com o que eu não estava de acordo era com a ideia de escolher pessoas que estavam em análise para carregar o peso, mesmo assim enorme, do passador, que devia relatar diante de um júri aquilo que o passante lhe havia contado. Nesse júri, todos estavam indiferentes, exceto Lacan.

A.V.: Você teve analisandos que foram passadores? Você deu nomes?

M.M.: Não sou nem um pouco a favor do passe como instituição. Em Bruxelas, ou em outros lugares, a *École de la Causa*, assim, realiza, na verdade, a instalação de uma seita.

A.D.W.: A única indicação específica que Lacan teria dado para explicar a dissolução da Escola consistiu em evocar o fracasso do passe. O que se deve pensar disso?

M.M.: A dissolução da Escola foi pronunciada em um certo momento do percurso de Lacan. Não sei se foi ele ou Miller quem a pronunciou, prefiro não me estender sobre isso. O fracasso do passe? Foi por ter sido interpelado pelos acidentes que aconteceram, em particular, o suicídio que ocorreu. Houve, em *Les Temps Modernes*, intervenções sobre esse dispositivo instalado, que punha, dizia-se, a vida das pessoas em perigo. Eu teria muito a dizer sobre os analistas do júri que tinham de receber o testemunho do infeliz passador. Eles estavam presentes, porque fazia parte do trabalho honrar as nomeações que Lacan tinha querido. Mas estavam petrificados num tédio mortal. O único interessado, eu já disse, era Lacan. Nessa época, na *École freudienne*, não havia mais possibilidade de mostrar a experiência analítica a não ser junto dele. (DIDIER-WEILL, WEISS, GRAVAS, 2007, p. 171-172)

## Enfim

Três vinhetas, um tripé, para dizê-lo. Lacan acerta em questionar: “Quem, melhor do que este psicanalista no passe, poderia autenticar o que ele tem da posição depressiva?” (LACAN, 2003, p. 260) – fugidio momento de luto do luto de um trabalho, um percurso em elaboração. Não dura, não pode durar. Um começo esperançoso, seguido de algum tipo de ânimo inicial, caído em dificuldade e deteriorado em crise. Continua como está? Problema de dispositivo ou de disposição? Para quem interessa atestar uma análise, uma passagem? Uma instituição pode desejar oferecer garantia e selo de qualidade. Alguém pode querer carregar tal insígnia. Um filósofo pode querer uma explicação formal. A sociedade pode exigir provas de um campo do conhecimento e de uma prática de cura, mas um discurso sem alibi, sabido pelo fato de que a vida não é útil, poderá com isso bem se defrontar? Para quem se deve sustentar uma autoria, uma autorização desde si? Certamente, as provocações à formação, às formações, nunca cessaram, nunca cessarão. E tampouco deixarão de haver propostas em pé de igualdade com o que o tempo lhe imputa.

## Uma última aula magna, com provocação institucional e brasa

Para MD Magno, perguntaram: “E as instituições psicanalíticas?”:

Elas copiam a academia. Não há psicanalista no Brasil, há freudianos, lacanianos, kleinianos. São pequenas igrejas que copiam instituições americanas, inglesas, francesas, as quais, por sua vez, copiam a universidade. Há uma vontade eclesial de gente que abandonou a igreja católica e vai para a igreja de Lacan, que é a mais moderninha. Lá tem a burocracia do passe, por exemplo, coisa que Lacan jamais deveria ter instituído. Era uma tentativa de organizar sua Escola, mas quebrou a cara, pois certamente estava pensando que os outros eram analistas como ele. Observem que ele mesmo não copiou nada. Ao contrário, recusou-se à cópia da IPA. Ele tomou o seu momento e o colocou em uma pauta: sua psicanálise é a do século XX, a de Freud é do século XIX. Não há

por que fingir que exista um saber universal e abstrato de tal maneira que seja permanente. Não é. O lacanismo está datado. Nosso caso é o de ver se conseguimos fazer algo hoje. Se der, deu. Se não der... Aliás, há tempo faço questão de que, aqui nesta instituição, tenha quase nenhuma burocracia. (MAGNO, 2020, p. 150)

Tal psicanalista brasileiro já havia trabalhado longamente em proximidade com Lacan, polissemicamente falando, enunciando: “Caí fora do Passe, de Lacan, por ser algo muito mal simulado. Nesta instituição aqui, não há passe, há exercício, ginástica, malhação mental como já denominei. Há, sobretudo, o exercício dos quatro dispositivos da Formação do Analista<sup>11</sup>” (MAGNO, 2020, p. 202). Não sem antes ter se dedicado bastante ao simulacro, por exemplo, quando, em 1978, nos contava: “Lacan se pergunta como teorizar o passe. Ninguém teorizou, nem ele. Como teorizar esse salto, esse momento em que o sujeito salta? Isto não quer dizer que é o momento em que o sujeito começa a praticar a psicanálise enquanto analista” (*Idem*, 2007b, p. 118), complementando:

Se o processo fosse iniciático, seria exatamente como é na Sociedade Internacional de Psicanálise. Desde que entremos em todos os rituais, que façamos juramento de ser analistas, então seremos analistas. Por outro lado, ninguém sabe o que é o passe ainda, pois não foi teorizado, nem escrito, nem mesmo descrito. Simplesmente, Lacan inventou um modo, cheio de processos, de supor que houve passe. Só que ninguém passa. Que eu saiba só três, de repente, foram achados passados. A teoria está em processo e Lacan supõe que alguém vai escrever a fórmula do passe, como ele escreveu a dos discursos. Todos tentam, mas é uma deliração imensa. Até eu. Foi o caminho que tentei começar naquele escrito que saiu com o título *Senso Contra Censo: da Obra de Arte etc.* (Rio de Janeiro: Colégio Freudiano/Tempo Brasileiro, 1977). Alguns pensaram que estou falando de estética, mas, a partir da obra de arte, estou tentando pensar o que poderia ser o passe. De uma coisa (não) tenho certeza: a obra de arte conseguida é passe, mas não do escritor, do pintor,

[11] Especificam-se tais quatro: “A intenção, má nem boa, foi de formação, sobretudo da Postura. Em circos, a se considerarem borromeanamente encadeados. Não que assim sejam de nascença, no espontâneo da simples existência, mas, nós, outros, é que devemos assim sustentá-los, este esforço já fazendo boa parte do exercício na Postura. *Primeiro*, o cuidado com a Doutrina, no zelo pelo já tido e o por haver no Falatório (não existe formação sem formatação, manifesta ou latente). *Segundo*, os Grupos de Formação, com seu desgarramento mediante o aleatório e seu cultivo da evitação, da denegação e da censura (se é que assim bem funcionassem). *Terceiro*, as Oficinas Clínicas, tomadas como rebatimento do plano das análises sobre o plano das defesas (denegações mais ou menos projetivas), conforme o mesmíssimo modelo do analítico. E *quarto*, para ressaltar a indefectível amarração pelo Sintoma, as próprias Análises, as ditas “pessoais”, sejam elas Propedêuticas ou Efetivas.” (MAGNO, 2007a, p. 209-210)

do artista, e sim da obra. A obra passa, vira analista. Se pudéssemos fazer como Freud, portar-se como analisando diante da obra de arte, talvez achássemos na obra a estrutura do passe. Quero supor que ato poético e passe (ou seja, ato psicanalítico) são a mesma coisa; que obra de arte conseguida e passe são a mesma coisa. (MAGNO, 2007b, p. 118-119)

Passe travessia, que, em 11 de maio de 1985, ainda recebeu *Alguns apontamentos sobre a Garantia e o Passe – Intervenção durante a 3ª Ciranda de Psicanálise do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro sobre A Prática Freudiana*, à época seu Colégio garantindo seus Analistas Membros do Colégio.

A questão que se coloca é: como a Comissão pode garantir um analista? A garantia é dada àqueles que a instituição decidiu serem portadores de seu aparelho de transmissão, aqueles que *fazem* – no presente – *suas provas*. [...] Por outro lado, fazer suas provas não significa fazer o passe. O passe é o reconhecimento, por uma comissão da instituição, de que o analista se autoriza. O passe implica, pois, *a constância das provas*, a qual é, também, da ordem do presente e não de nenhum passado. O passe é da ordem do *pedido* – pois o passe se pede – de *reconhecimento de autoria*, o analista pede o passe porque pede que reconheçam que ele é *autor*. E a autoria só pode ser reconhecida através do estilo. O estilo aqui não é outro senão *estilo de fazer provas*. Não se pode saber o que ocorre no consultório de um analista, pois este é um lugar da mais extrema solidão e, além disso, o sujeito-analista é o que eu chamo de *Sujeito Analfabeto*. O ato psicanalítico – e é somente através do ato que há psicanalista – apanha a ambos, analista e analisando. O ato psicanalítico é do Sujeito Analfabeto, enquanto que o que está em jogo no estilo de um analista depende do Sujeito *do* Analista. O analista deve *fazer provas de estilo*, o que significa que não pode produzir teoria sobre nenhuma análise senão aquele que a produz como teoria de sua própria análise (*Selbstanalyse* [autoanálise] de Freud). O passe implica que quando

o sujeito, num trabalho de enunciação, se refere à sua experiência passada em análise, seu estilo advirá, quer ele queira ou não. Deste modo, verifica-se que o sujeito está fabricando de novo a psicanálise. [...] *A grande psicanálise* só começa para o sujeito depois que ele passa. Nesse momento, ele como que diz: “passe adiante, senão vira elefante”. Nessa travessia, o sujeito se dá conta de que tem que passar adiante o lugar de analisando, mediante o que ele cai no lugar do analista. Freud não deixava de ter razão em falar de análise infinita – não no sentido de que o sujeito nunca vai deixar de ter o que analisar, pois isto é óbvio, mas no sentido de que a análise não tem um ponto terminal, e sim de disjunção, ponto no qual o sujeito se diz: “Chega de falar com o Outro mediado por uma escuta”. Neste momento, e daí em diante, qualquer um pode ocupar o lugar de analista para esse sujeito. Pedir passagem é pedir reconhecimento de que há estilo no que digo, de que ninguém diria o que é a psicanálise como eu. Nisto, não se trata de ser meramente original, de querer ser original, mas de querer dizer o mesmo sem, no entanto, imitar. (MAGNO, 1985, p. 161-162)

Bastante eloquente, instrutivo e dedicado, preocupado com o instituto e oferecendo a discussão cabível a seus pares. Não obstante, sendo o mesmo que mais pra 2021 disse – como já dito – coisa como “o dispositivo de Lacan me parece *fake*, quase com características de concurso acadêmico”, de modo que “no momento que trouxe a ideia de passe, causou grande ebulição e fez com que o chamado Quarto Grupo, mais ou menos comandado por Piera Aulagnier, se desprendesse da Escola” (MAGNO, 2022, p. 204). Quer ele mais em sua instituição atual um reconhecimento contínuo, permanente trocado e conjugado, tendo frisado quase lacônico:

Impliquei com o Passe, de Lacan, por não ter continuidade, por ser igual ao Exército, à igreja. Essa foi minha primeira implicância com o lacanismo. Lidando com algo tão nefelibato como a psicanálise, como dizer de alguém que, a partir de determinado momento, passou a ser analista? No sentido de que se possa julgar, ninguém

passa de analisando a analista, não existe isto. E quando surge o reconhecimento de alguém, não se sabe dizer onde ou quando foi. Só uma vontade de governo pode se arvorar a determinar isso. Se há nomeação, acabou o analítico. No Brasil e na Argentina, as instituições adoram essa ideia, são imitações canhestras. Não é de estranhar dado serem apenas instituições burocráticas que se esmeram em criar impressões de hierarquia. Quando falo em Aristocracia não me refiro a sangue, e sim a valores, à riqueza, a reconhecimento de outrem como estando acima ou abaixo. Reconheço, por exemplo, Pelé como alguém exímio em jogar bola. É difícil reconhecer que ele é rei no futebol? (MAGNO, 2022, p. 41)<sup>12</sup>

É mais fácil reconhecer o Pelé. Na Instituição, seria como? Seja como for que o reconhecimento se imponha sem burocracia, diante mesmo do consecutivo exercício formativo que cada qual sinta caber fazer, havendo que fazer. São mesmo anos de convés para que se possa enxergar o que um barqueiro vê no mar e no horizonte, nos ventos e nas aves, nos cheiros e nos sons – é de Marcel Czermak (2013) a analogia entre ‘fatos clínicos’ e ‘navegação astronômica’, psicanalista ele que desde jovem aprendeu a velejar com um tio da marinha mercante aposentado e que bem descrevia episódio seu com o mestre psiquiatra Henri Ey:

Eu me lembro da hostilidade de Henri Ey em relação a Clérambault. Uma grande hostilidade. Por quê? Em primeiro lugar, ele privilegiava sua doutrina. Mas por causa de sua doutrina há coisas que ele não via, mesmo sendo um excelente clínico. Por exemplo, ele dizia: ‘Quando eu era chefe da clínica e recebia um doente examinado naquela mesma manhã por Clérambault, eu reexaminava o doente, e eu não via nada do que Clérambault havia descrito’. E eu lhe disse um dia: ‘Doutor, se eu o levo comigo num barco, antes de ver o que se passa no mar, serão necessários alguns meses de navegação’. Isso não lhe agradou, é claro. (CZERMAK, 2013, p. 56)

[12] “Atualmente, temos evidentemente a todo momento uma incessante gastura das formações, por melhores que sejam. Toda luta tem que saber disso. Acho ridículo ser lacaniano hoje, é algo que perdeu a validade. Foi maravilhoso, serviu para minha formação, mas acabou, não está mais em exercício” (MAGNO, 2021a, p. 41).

Que venham as tempestades emocionais. Outrossim, salientando e redizendo algo já dito, mas agora com acréscimo e enfatizando a dimensão institucional para, justamente, finalizar disso e com isso, em depoimento elucidativo e testemunho ainda vivo, por mais que não passe de um exemplo entre outros, do esforço coletivo de uma conjugação, como ali se pode ou não dar:

Na Oficina Clínica – a qual, junto com o Polo de Estudos, o Grupo de Formação e a Análise Pessoal, é um dos quatro dispositivos da Formação do Analista –, estamos em posição de fazer a análise da instituição. A instituição tem que viver em estado de análise permanente. Se não, como já vimos diversas vezes, vira disputa burocrática, luta de prestígio. Como sabem, nesta instituição, não temos regras de reconhecimento de analistas. O que Lacan inventou como Passe, acho não apenas uma bobagem, mas, sobretudo, perigoso. Foi motivo de sérias dissensões em sua Escola. Criticavam dizendo que ou era burocracia ou autoritarismo [...]. Naquela estrutura, antes de Lacan morrer, dizem que só passou um, Alain Didier-Weill – e porque Lacan mandou passar. O expediente de reconhecimento que me ocorreu produzir aqui foi o do Grupo de Formação, o Polo de Formação, no qual não há sanção de espécie alguma e no qual, com as pessoas em número de quatro, sempre se falando, pode acontecer que um ou outro comece a ganhar reconhecimento em nível analítico. Acontecerá ou não. Por isso, é um expediente sério. O Polo de Formação não é um grupo de análise, e sim um grupo em que as pessoas podem falar de sua análise. Há mil maneiras de falar de sua análise – e, de repente, alguém obtém reconhecimento de outros. Não se trata de prestar contas da análise que alguém fez com seu analista ou de comentar sobre seu processo analítico, mas de falar de suas relações com a análise, de suas transformações, ou não, dos sintomas que não saem do lugar e daqueles que, eventualmente, saem. Notem que uma instituição precisa ter um governo – que, segundo Freud, é tarefa impossível –, mas deve ser tratada analiticamente. São duas funções incompatíveis que têm que conviver. Qualquer pessoa

metida com psicanálise, queira ela aplicar deste ou daquele modo, está em análise permanente pelo resto da vida. (MAGNO, 2021b, p. 126-127)

Instituição cultural, não psicanalítica, que permita o analista se ver, menos pelo maquinal de título que pelo convívio de um imediato contato em agudos graus. Talvez fosse o caso de Tagarelites Clínicas apenas ou, mais simplesmente, de certa escolha de sscura, em que majoritariamente houvesse estudo de ouvido. Quase ateliê com artesanato, mas só quase. Com postura.

Sem mais outro jeito agora, fora o que em termos de formação pareceria caber provocar.

## Referências

**ALLOUCH, J.** *A etificação da psicanálise: calamidade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1997.

\_\_\_\_\_, J. — *Alô, Lacan? — É claro que não*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

**ANZIEU, D.** *A autoanálise de Freud e a descoberta da psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

**ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE PSICANÁLISE.** *Como terminam as análises*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

**AUGUSTO D'ABREU, A.** Análise didática: uma questão sem solução? In.: *Rev. bras. psicanál.*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 41-50, set. 2007.

**BERNARDES, A. C.** A segunda regra fundamental: um comentário sobre o Ferenczi de Lacan. In.: *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 5, n. 2, p. 311-316, jul. 2002.

**BROIDE, E. E.** A transmissão da psicanálise e os grupos. In.: *SIG Revista de Psicanálise*, Porto Alegre - RS, v. 11, n. 1, p.-73-82, 2022.

**CASSIN, B.** *Jacques, o sofista: Lacan, logos e psicanálise*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

**CHECCHIA, M.; TORRES, R.; HOFFMANN; W.** *Os primeiros psicanalistas: atas da sociedade psicanalítica de Viena*. São Paulo: Editora Hedra, 2017.

**CZERMAK, M.** A porta de entrada e a clínica psicanalítica. In.: *Revista Tempo Freudiano* – n° 10. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano, 2013.

**DANTO, E. A.** *As clínicas públicas de Freud*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

**DIDIER-WEILL, A.; WEISS, E.; GRAVAS, F.** (Orgs.). *Quartier Lacan*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2007.

- FINGERMANN, D.** *A (de)formação do psicanalista*. São Paulo: Escuta, 2016.
- FREUD, S.** Análise terminável e interminável (1937). In.: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud - v. 23* (pp. 229-270). Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- \_\_\_\_\_, **S.** *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia: ("O caso Schreber"): artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- \_\_\_\_\_, **S.** *Obras completas, volume 11: totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- HERRMANN, F.** Análise didática: uma história feita de críticas. In.: *J. psicanal.*, São Paulo, v. 41, n. 74, p. 71-111, jun. 2008. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-58352008000100005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352008000100005&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 8 set. 2025.
- KARDINER, A.** *Minha análise com Freud: reminiscências*. São Paulo: Quina Editora, 2024.
- LACAN, J.** Um procedimento para o passe. In.: *Documentos para uma escola II – Lacan e o Passe*, Rio de Janeiro, publicação da Letra Freudiana. Escola, Psicanálise e Transmissão, ano XIV - no. 0, 1995.
- \_\_\_\_\_, **J.** *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- \_\_\_\_\_, **J.** *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- MANNONI, M.** *Um saber que não se sabe: a experiência analítica*. Campinas: Papirus, 1985.
- MAGNO, M. D.** Alguns apontamentos sobre a garantia e o passe. In.: *Revisão 1 - Revista da prática freudiana*. Aoutra Editora, 1985.
- \_\_\_\_\_, **M. D.** *Clavis universalis: da cura em psicanálise ou revisão da clínica: falatório 2005*. Rio de Janeiro : Novamente, 2007a.
- \_\_\_\_\_, **M. D.** *Ad sorores quatuor: seminário 1978*. Rio de Janeiro: NovaMente, 2007b.
- \_\_\_\_\_, **M. D.** *SóPapos 2018*. Rio de Janeiro: Associação Cultural Univercidade de Deus - UD, 2020.
- \_\_\_\_\_, **M. D.** *SóPapos 2019*. Rio de Janeiro: Novamente Editora, 2021a.
- \_\_\_\_\_, **M. D.** *SóPapos 2014*. Rio de Janeiro: Novamente Editora, 2021b.
- \_\_\_\_\_, **M. D.** *SóPapos 2021*. Rio de Janeiro: Associação Cultural Univercidade de Deus - UD, 2022.
- MASSON, J. M.** [editor]. *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess - 1887-1904*. Rio de Janeiro: Imago, 1986.
- MENEZES, L. C.** Análise didática?. *J. psicanal.*, São Paulo, v. 48, n. 89, p. 35-42, dez. 2015.

- SAFOUAN, M.** *Jacques Lacan e a questão da formação dos analistas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- SAFOUAN, M.; JULIEN, P.; HOFFMANN, C.** *O mal-estar na psicanálise – o terceiro na instituição e a análise de controle*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- SELAIBE, M.; CARVALHO, A.** (Orgs.). *Psicanálise entrevista - volume 1*. São Paulo: Estação Liberdade, 2014.
- SOLER, C.** *Variáveis do Fim da Análise*. São Paulo: Papirus, 1995.
- VALABREGA, J.-P.** *A formação do psicanalista*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.